



Dalton Miranda: É importante repisarmos o papel das instituições

É complicado ainda sob os efeitos da ressaca do “dia seguinte” tentar colocar as ideias em boa ordem, e confessamos ainda não as ordenamos, pois sequer identificamos o exato marco temporal de toda desconstrução que se instalou.

Cony [1] já dizia que “*cabe agora aos analistas, aos táticos, aos profundos interpretadores da realidade nacional orientar o povo e salvar a nação*”; mesmo por que, sob nossa assumida ignorância, não ousaríamos assumir tal papel.

Só nos atrevemos a essas poucas linhas que seguem, ora em tom provocativo, ora em modo reflexivo, amparados nas lições de Ribeiro [2], para quem “*estamos imersos num processo político que penetra todas as nossas atitudes, toda a nossa maneira de ser e agir, (...)*”.

Assim, mesmo diante dos dissabores de agora, como sustentam alguns, bem como para o triunfo do momento, como defendem outros, importante é repisarmos a relevância e o papel das instituições, pois como alertava Barreto [3] “*todo brasileiro nasceu mais ou menos para ser um tiranozinho em qualquer coisa*,” bastando conferir-lhe algum poder, mínimo que seja.

De alguma forma, mesmo que torta, nossas liberdades são exercidas pelas decisões oriundas daquelas instituições, cada qual no exercício de seu papel constitucional.

Diga-se de passagem que tais instituições hoje decidem com suas portas cada vez mais a descoberto, o que nos permite enxergar a queda das máscaras da hipocrisia, e quem são aqueles “que e para quê” nos representam. Mas, não nos tomemos por enganados, uma vez que desde sempre política se faz de forma idêntica.

Não acreditem em “novos medos”, mas, sim, em tempos em que velhas práticas estão ocorrendo pelo emprego de novos métodos. E só!

Daí valioso o aviso de Correa [4] no sentido de que “*é preciso perdermos esse sestro de exagerar e mentir para fazermos odiosos os nossos contrários, crendo com isso darmos melhor prova do nosso patriotismo*.” Não é, então, uma questão de “nós contra eles, ou vice-versa”.

Não desconhecemos o fato de que muita coisa errada foi e vem sendo perpetuada desde épocas passadas que nos fogem o conhecimento, por ignorância ou falta de interesse. Talvez, agora, verificamos um pouco mais de ausência de freio moral em tais cometimentos de malfeitos, o que deverá ser apurado e punido dentro dos rigores da lei, respeitado o amplo direito de defesa.



O tempo dirá se teremos a oportunidade de gozar um país melhor; sendo que o pontapé inicial — acreditamos — resida em nossa responsabilidade para com nossos atos e para com aqueles pecadilhos que cometemos no dia-a-dia, tratados com um “dar de ombros” em razão de equivocadamente sustentarmos que são coisas menores, ou que pouco mal ou nenhum causarão àqueles próximos — ou não tão próximos — a nós.

Temos de ser pragmáticos e menos fervorosamente ideológicos, mais senhores de nossos deveres e direitos, aplicando-os em prol da coletividade, menos permissivos, tendenciosos e egoístas.

Caminhar com firmeza e retidão ética, sem radicalismos e de olhos vendados, mas, sim, apoiando o amplo debate e a apresentação de soluções corretas, justas e legítimas, que ao nosso juízo ainda não se vislumbram nesse tempestuoso horizonte de promessas.

Referências

[1] Carlos Heitor CONY, “O ato e o fato: o som e a fúria do que se viu no Golpe de 1964”, 9. Ed – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 166

[2] João Ubaldo RIBEIRO, “Política”, Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 21

[3] Lima BARRETO, “Lima Barreto, seleção e prefácio Beatriz Resende”, São Paulo: Global, 2005, PP. 207-209

[4] Frederico José CORREA (1817/1881), “Um livro de crítica / Bruno Azevêdo (org.); ensaios de Ricardo Leão e Henrique Borralho”, São Luís: Pitomba, 2015, p. 17

Date Created

25/04/2016